

Investigação sobre cota parlamentar aumenta tensão

Operação da PF cumpriu mandados contra Sóstenes Cavalcante e Carlos Jordy

Por Beatriz Matos

Em mais um capítulo da escalada de atritos entre o Legislativo e o Judiciário, a Polícia Federal (PF) deflagrou na sexta-feira (19), a Operação Galho Fraco, autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, que teve como alvos os deputados federais Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), líder do Partido Liberal na Câmara, e Carlos Jordy (PL-RJ). A investigação apura suspeitas de desvio de recursos públicos por meio do uso irregular da cota parlamentar.

Segundo relatório parcial da PF, foram identificadas movimentações financeiras consideradas suspeitas que somam mais de R\$ 28,6 milhões em contas de assessores dos gabinetes dos parlamentares, funcionários do partido e pessoas próximas, sem justificativa plausível para a origem dos recursos.

Os agentes cumpriram sete mandados de busca e apreensão, com aval da Procuradoria-Geral da República (PGR), incluindo buscas pessoais, veiculares e em imóveis ligados aos investigados. Em um dos endereços de Sóstenes Cavalcante, a PF encontrou cerca de R\$ 400 mil em dinheiro vivo.



Sóstenes: R\$ 400 mil no armário por "um lapso"

Cota parlamentar

De acordo com as investigações, os deputados são suspeitos de utilizar locadoras de veículos de fachada para desviar recursos da cota parlamentar — verba destinada a custear despesas do mandato, como aluguel de veículos para atividades oficiais. A PF aponta indícios de que empresas contratadas não teriam capacidade operacional compatível com os serviços declarados, além de possíveis repasses de recursos a servidores comissionados.

O relatório também cita movimentações financeiras incompatíveis com a renda declarada de assessores ligados aos gabinetes dos parlamentares, além de transações fracionadas e pagamentos sem identificação clara de destinatários.

Investigados

Em entrevista, Sóstenes Cavalcante afirmou que o dinheiro apreendido em seu endereço tem origem lícita, proveniente da venda de um imóvel em Minas Gerais. Segundo o deputado, o valor

já estaria declarado no Imposto de Renda e não foi depositado em banco devido à "correria de trabalho".

"Eu vendi um imóvel e recebi, dinheiro lacrado, tudo normal. [...] Com essa correria de trabalho, eu acabei não fazendo o depósito, mas eu faria. Foi simplesmente um lapso", disse o parlamentar, acrescentando que o dinheiro estava guardado em seu flat em Brasília e que seus contadores cuidam de suas movimentações financeiras.

Já o deputado Carlos Jordy divulgou vídeo nas redes sociais classificando a operação como "covarde". Ele afirmou que o mandado de busca foi cumprido na data do aniversário de sua filha.

No mesmo dia da operação, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que o STF cumpre seu papel ao autorizar investigações, mas defendeu a necessidade de estabelecer limites.

"O Judiciário faz o seu papel, só temos que separar o que é correto do que é exagero. [...] Se há suspeita, tem que investigar mesmo, mas quando há exagero isso é ruim para o país", afirmou, em café da manhã com jornalistas.

Para o professor de Direito Penal do Ibmec Brasília, Tédney Moreira, o avanço da investigação para a fase de buscas indica que o STF reconheceu a existência de indícios relevantes.

Segundo ele, caso os elementos sejam confirmados, o próximo passo pode ser a apresentação de ação penal pelo Ministério Público Federal.

Moreira ressalta que o STF tem competência para conduzir investigações envolvendo deputados federais por crimes cometidos no exercício do mandato.

Moraes autoriza cirurgia de Bolsonaro

Por Gabriela Gallo

A Polícia Federal (PF) encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF), nesta sexta-feira (19), o resultado do laudo pericial referente aos exames do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — que está preso na Superintendência da PF desde 22 de novembro após ser condenado pela Primeira Turma do Supremo por tentativa de golpe de Estado.

No documento, os peritos confirmaram que o ex-presidente precisa passar por uma cirurgia de hérnia inguinal bilateral, como fora solicitado pelos médicos de Bolsonaro anteriormente. No mesmo dia, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes, relator do processo, autorizou a cirurgia de Jair Bolsonaro.

Diante do exposto, essa Junta Médica pericial conclui que o periciado JAIR MESSIAS BOLSONARO é portador de hérnia inguinal bilateral que necessita reparo cirúrgico em caráter ele-

tivo. No tocante ao quadro de soluções, o bloqueio do nervo frônico é tecnicamente pertinente", apontou o relatório da PF.

No documento, os profissionais ainda recomendaram que o procedimento cirúrgico fosse realizado "o mais breve possível, haja vista a refratariade aos tratamentos instituídos, a piora do sono e da alimentação, além de acelerar o risco das complicações do quadro hérnico, em decorrência do aumento da pressão intra-abdominal".

Jair Bolsonaro realizará o procedimento no Hospital DF Star, na capital federal. Agora, cabe à defesa dele informar a data do procedimento e ele poderá seguir, com autorização prévia.

Hérnias inguinais são protuberâncias na virilha, causadas quando há uma fraqueza dos músculos abdominais que resultam em inchaços visíveis. Além do inchaço, outros sintomas são dores e desconfortos, especialmente ao tossir, levantar peso ou

fazer algum esforço. Se não tratados, o conteúdo abdominal pode ficar preso (encarcerado) e ter o suprimento sanguíneo cortado (estrangulamento), o que pode levar à morte do tecido (necrose).

Prisão domiciliar

Além do pedido para a realização da cirurgia, os advogados de defesa do Bolsonaro também solicitaram ao ministro-relator que o condenado fosse transferido para prisão em regime domiciliar, alegando "incompatibilidade do ambiente prisional com a condição de saúde do Peticionário".

Além da realização da cirurgia, Moraes também autorizou o ex-presidente a realizar fisioterapia na prisão. O magistrado, porém, negou o pedido de transferir o detento para prisão domiciliar.

"Jair Messias Bolsonaro mantém plenas condições de tratamento de saúde na Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal, onde cumpre pena".

Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Bolsonaro precisa realizar cirurgia para corrigir duas hérnias